

Movimento Tenentista: um debate historiográfico

Pedro Ernesto Fagundes*

Resumo

O movimento Tenentista pode ser inserido no conjunto de manifestações políticas da década de 1920. A particularidade da luta dos tenentes foi o fato deles terem conseguido chamar a atenção de todo o país, particularmente, a partir do levante de 1924. A meta do movimento era causar transformações amplas no modelo de Estado vigente durante a Primeira República. Mais do que uma disputa de caráter provincial, o ideário Tenentista pretendia combater os “vícios e desvios” criados pelos denominados políticos profissionais. Assim no presente trabalho apresentaremos um balanço historiográfico sobre o movimento Tenentista.

Palavras-chave: Tenentismo – Primeira República – História Política.

Tenentismo Movement: a historical debate

Abstract

Movement Tenentista can be inserted into the set of political demonstrations of the 1920s. The particularity of the struggle of the lieutenants was the fact that they managed to draw the attention of the whole country, particularly from the uprising of 1924. The goal of the movement was to cause large changes in the model of the force during the First Republic. More than a contest of provincial character, the ideas tenentista trying to combat the "vices and deviations" created by so-called professional politicians. So in this paper we present a historiographical overview of the movement Tenentista.

Key words: Tenentismo - First Republic - Political History.

Introdução

Durante as décadas da chamada Primeiro República(1889-1930) uma das principais fontes de descontentamento de parte da população brasileira, sobretudo, nos maiores centros urbanos, era o viciado quadro político-eleitoral que, de um modo geral, tinha duas importantes características; o regionalismo e a corrupção eleitoral.

O regionalismo se manifestava através da existência de partidos políticos

apenas de âmbito estadual, o que propiciou o surgimento da dinâmica que ficou conhecida como “Política dos Governadores”. Cada estado contava com seu próprio sistema eleitoral com regras e normas eleitorais controladas e fiscalizadas pelos representantes do poder executivo.

O âmbito local do sistema eleitoral garantia que dificilmente quem estivesse no poder saísse derrotado de uma disputa nas urnas. Com isso, os laços estreitos entre os governantes da

situação propiciavam que o cargo de presidente da República fosse escolhido pelas elites políticas dos estados mais poderosos: Minas Gerais e São Paulo (FAUSTO, 1997).

As duas oligarquias, num código de alternância, monopolizavam as eleições presidenciais, configurando a chamada “política do café com leite”. Nos estados essa situação era garantida nas bases pelos chefes políticos municipais, através de um esquema de fraudes eleitorais, sistema que ficou conhecido pelo termo “coronelismo”.

Essa ampla rede de compromissos pode ser configurada “como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (LEAL, 1986). A predominante estrutura agrária existente, pilar da economia do país na época, baseada na desorganização dos serviços públicos locais básicos criava e alimentava o ambiente eleitoral onde os “coronéis” através do mandonismo, do filhotismo, do falseamento do voto exerciam sua liderança.

A partir do início da década de 1920, se multiplicaram os movimentos de contestação da situação vigente. Essas manifestações refletiam o grau de descontentamento de setores da população brasileira com os rumos da República. As suas expressões mais conhecidas foram: o movimento Tenentista, a Reação Republicana, a Semana de Arte Moderna, a “Revolução de 1924”, a Coluna Prestes e a fundação do Partido Comunista do Brasil.

No conjunto desses episódios destacaremos a participação das forças armadas, especificamente o movimento



Participantes do levantes de 1922 – Rio de Janeiro. Fonte: CPDOC/FGV

Tenentista, nas mobilizações contra a situação vigente no país. Logo de início um ponto chama a atenção em relação a quase todos os trabalhos que abordam a luta dos tenentes: essas obras

analisavam o movimento dentro de uma perspectiva mais geral em relação ao processo que culminou com a “Revolução de 1930”.

Várias Interpretações

Assim, corriqueiramente, o Tenentismo passou a ser interpretado no bojo do conjunto de episódios que marcaram a chamada “crise dos anos 1920”. O próprio termo Tenentismo só adquiriu o significado que conhecemos atualmente a partir de 1933, com a publicação da obra *O Sentido do Tenentismo*, escrita por Virgílio Santa Rosa, trabalho pioneiro na interpretação desse movimento.

Esse autor procurou apresentar os jovens tenentes como um corpo social destoante da realidade política da Primeira República. Os tenentes seriam legítimos representantes dos anseios e perspectivas da classe média urbana brasileira, que se encontrava completamente à margem do sistema político das oligarquias. Portanto, a falta de espaços e participação na vida política nacional foi o combustível principal que incentivou o início dos atritos.

Parecia não haver assim possibilidade de salvação para as

novas camadas surgidas na sociedade brasileira. As pequenas burguesias urbanas, obrigadas pelas forças do subsolo nacional, tinham de permanecer indefinidamente no mesmíssimo plano político. As oligarquias latifundiárias não realizariam as reformas almejadas nem consentiam na presença de parlamentares encarregados de realizá-las. (SANTA ROSA, 1976, p. 36).

Dessa forma, os conflitos entre esses dois segmentos foram incentivados pelas querelas partidárias. Na interpretação da classe média urbana a via parlamentar deixou de ser o caminho mais curto para solucionar os “desvios” e “vícios” do processo político. A falta de sintonia entre as oligarquias e a classe média teve seu momento de ápice durante a década de 1920.

Pela sua posição de prestígio e destaque no conjunto da sociedade e, principalmente, pela ausência de outra estrutura política com igual capacidade de organização e mobilização, naquele momento, os tenentes acabaram assumindo a dianteira das manifestações de protesto contra as elites políticas.

Outra questão levantada pelo autor era o fato dos tenentes serem em sua maioria membros da classe média. Outro ponto que destacou os tenentes em relação aos demais membros da oposição foi a sua capacidade de coesão. O exército era visto como a única força capaz de combater e derrotar a estrutura das verdadeiras milícias ligadas às estruturas dos presidentes dos estados: as polícias militares estaduais.

A visão dos tenentes como vanguarda da classe média passou a ser revista por uma série de autores que pretendem rediscutir todo o movimento político que antecedeu a “Revolução de 1930”. Para essas novas interpretações o Tenentismo não foi apenas uma rebelião militar contra as classes dominantes da “Velha República”, mas sim “contra a posição subordinada do Exército no aparelho do Estado”. (DRUMMOND, 1986).

Essa visão que privilegia o enfoque organizacional pretende discutir que antes de representar qualquer segmento externo da vida militar os tenentes tinham como prioridade defender os interesses das forças armadas, sobretudo, do exército. Contudo, apesar de aceitar, em termos, a configuração dos tenentes como representantes da classe média, por conta da origem social da maioria de seus membros, a posição profissional



Revoltados em marcha pela Avenida Atlântica indo de encontro às forças legalistas – 1922. Rio de Janeiro. Fonte: CPDOCVGV.

desconfortável foi o motivo preponderante para os membros do exército terem se lançado na luta em defesa das forças armadas.

Outra interpretação afirma que o Tenentismo das primeiras revoltas entre 1922 e 1926 pode ser caracterizado como um movimento de predominância militar e com independência dos setores civis durante suas manifestações de insubordinação. A situação precária das Forças Armadas somada ao grave quadro social da maioria população levou os tenentes a responsabilizarem os políticos civis pela situação caótica do país. (FAUSTO, 1986).

O inconformismo e a indignação com os baixos soldos, a péssima estrutura para formação, a falta de oportunidade de ascensão, a incompetência dos oficiais superiores somados às denúncias de corrupção dos governos civis se configuraram nos fatos que estimularam os tenentes a assumirem uma postura de oposição às oligarquias civis. Para Edmundo Campos Coelho as principais reivindicações do movimento tenentista tiveram como base as questões do cotidiano da caserna.

Dessa forma, e fugindo aos clássicos modelos da “revolução burguesa” e da ascensão das classes médias”, nossa tese será a de que na origem dos movimentos militares de 1922 e 1924 estavam fatores tipicamente militares, de natureza política apenas no sentido restrito de que se inspiravam aqueles movimentos num enfoque crítico sobre as relações entre o Exército, por um lado, e o regime político e o Governo, por outro. (COELHO, 1976, p.84)

Ainda sobre as interpretações do Tenentismo podemos citar o trabalho de José Murilo de Carvalho como um texto que busca privilegiar uma leitura mais ampla e aprofundada do tema. Um primeiro dado apresentado por esse autor diz respeito ao grande número de tenentes que existiam no interior do exército durante o período das revoltas de 1922 e 1924, ou seja, os tenentes contavam com uma superioridade numérica entre os outros postos de oficiais. Com isso, os tenentes acreditavam estar falando em nome de todo o Exército.

A origem social e a proximidade com os soldados teriam sido fundamentais para os tenentes terem desenvolvido uma grande proximidade e gozarem da confiança dos membros das tropas. Essa proximidade permitiu aos tenentes

conhecerem a realidade do conjunto da população civil. Dessa forma, as influências e pressões da sociedade civil não passaram despercebidas, ou seja, tiveram ressonância no interior do Exército. (CARVALHO, 2005).

O movimento Tenentista foi a conjugação dos problemas internos e externos dos militares e, em especial, tiveram papel privilegiado no início do movimento as questões relativas à institucionalização do Exército durante essa época. O crescimento da influência das Forças Armadas durante a República permitiu uma substancial mudança de comportamento da sociedade em relação ao exército. (CARVALHO, 2005).

Se durante muito tempo o Exército foi encarado como um “antro de desordeiros e bandidos” essa situação sofreu uma substancial modificação a partir de uma série de iniciativas que pretendiam qualificar, equipar e formar as Forças Armadas brasileiras. Dentre essas iniciativas duas teriam sido fundamentais para ampliar e dar maior capacidade técnica para os militares: os Jovens Turcos (estágio de oficiais brasileiros na Alemanha) e a missão Francesa no Brasil.

Quanto mais se aprofundava a formação técnica dos militares maior também era a coesão entre seus membros. Esse aspecto, que o autor chama de *esprit de corps*, seria o principal responsável pela crescente institucionalização das forças armadas e, conseqüentemente, o fator que motivou a busca de maiores espaços de interferência e participação política dos membros do Exército na sociedade. (CARVALHO, 2005).

Outro ponto central para o crescimento da importância dos militares durante a Primeira República foi a implantação de um dispositivo até então muito

discutido e debatido: o recrutamento por sorteio universal. A partir da adoção do recrutamento por sorteio cresce concomitantemente a visão corporativa do Exército e a sua ligação com o conjunto da população, sobretudo, das camadas mais baixas.

A luta pela implementação do sorteio universal era bastante antiga no Brasil. Os primeiros debates para a criação de uma legislação que pretendia efetivar esse mecanismo datam das décadas finais do século XIX. Entretanto, todas as iniciativas nesse sentido esbarravam na complexa rede de isenções e privilégios que marcavam essa questão no período monárquico.

Mas a lei admitia várias exceções. Ela permitia aos que não quisessem servir pagar certa quantia em dinheiro ou apresentar substitutos e concedia isenções a bacharéis, padres, proprietários de empresas agrícolas e pastoris, caixeiros de lojas de comércio, etc. Além disso, deixava o alistamento e o sorteio a cargo de juntas paroquiais, presididas pelo juiz de paz e completadas pelo pároco e pelo sub-delegado. (CARVALHO, 2005, pp19-20).

Apesar da nova lei de alistamento aprovada em 1908, o panorama permaneceu inalterado até meados da década de 1910. Foi a partir de uma intensa campanha liderada pelos oficiais brasileiros que estagiaram na Alemanha, conhecidos como Jovens Turcos, que a situação começou a dar sinais de mudança. Também o início da Primeira Guerra Mundial colaborou na soma de esforços para a implantação da lei em 1916.

Foram múltiplos os fatores que contribuíram para essa mudança, podemos citar a ampla campanha desenvolvida pelos Jovens Turcos, a adesão do poeta Olavo Bilac, a criação

da Confederação dos Tiros de Guerra do Brasil, a ampliação da instrução militar nos colégios secundários e superiores e a organização das Ligas Nacionalistas.

É sempre importante enfatizar que anteriormente o recrutamento era visto como medida punitiva, porém, com as ações para institucionalização das Forças Armadas e o recrutamento por sorteio, o Exército passou a ser uma alternativa para as camadas mais desfavorecidas da sociedade. Seja por ser a garantia de uma formação acadêmica/profissional gratuita, de uma carreira segura ou, até mesmo, porque a farda passou a simbolizar a escolha de um caminho pontuado pela retidão, ou seja, “o pobre porém honrado”.

O recrutamento pelo sorteio universal serviu para transformar a realidade do serviço militar. De um lado permitiu ao Exército se estabelecer como uma instituição verdadeira nacional e, ao mesmo tempo, representou um crescimento sem precedentes do contingente de soldados. Algo como a duplicação do efetivo das forças armadas, ou seja, um maior número de soldados que necessitava de igual número de jovens oficiais para realizar seu treinamento. Dessa forma, nada mais compreensível de que o fato de os tenentes formarem o maior contingente de oficiais nos anos iniciais da década de 1920.

Podemos supor que o aumento da preocupação com uma melhor formação dos oficiais associado à implantação do recrutamento por sorteio universal foram fatores essenciais para o crescimento do prestígio do Exército entre a população brasileira. Uma formação mais voltada para as questões técnicas serviu para acabar com os “bacharéis de farda” e também permitiu uma ampliação da visão institucional desses jovens oficiais.

Foram muitas as mudanças originadas com o recrutamento por sorteio universal. Esse mecanismo serviu para abrir as portas da corporação para parcelas mais amplas da sociedade. As campanhas cívicas foram fundamentais para modificar a opinião pública sobre as forças armadas, assim, a idéia de soldado-cidadão e do cidadão-soldado ganhou espaço no seio população.

Nesse momento teve início o amadurecimento da concepção do papel interventor do exército na política nacional. Esse autor compreende que existiram duas fases do movimento Tenentista tendo a primeira onda se manifestado durante as jornadas de 15 de novembro de 1889. Esse ciclo inicial de intervenções militares perdurou até o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha em 1904 e foi caracterizada pela incapacidade de unificação das ações dos militares.

A segunda fase do movimento Tenentismo teve como estopim o episódio das camadas “cartas falsas” atribuídas a Artur Bernardes, presidente eleito na época. Os brios da tropa foram atingidos e a tática utilizada em 1922 foi a intervenção militar com o objetivo de restabelecer a moral da corporação. Os jovens oficiais se incumbiram de articular uma revolta que pretendia se ampliar por todo o país.



A marcha dos 18 do Forte – 1922. Rio de Janeiro. Fonte: CPDOC/FGV

Entretanto, como se sabe os resultados do primeiro levante conhecido como os 18 do Forte de Copacabana, em 1922, não foram os previstos. Dois anos

depois, exatamente em 5 de julho de 1924 ocorreu o segundo levante Tenentista. Esse episódio concentrou-se no estado de São Paulo mais teve repercussão e desdobramentos em nível nacional. Os militares que se rebelaram em 1924 tinham como objetivo político principal restabelecer os ideais de 1889, combatendo os desvios da administração civil que seriam os grandes responsáveis pela degradação do quadro social do Brasil. (CORRÊA, 1976).

Os acontecimentos de julho de 1924 alçaram o Tenentismo ao patamar de movimento de proporções nacionais, pois além de criar a expectativa de outros levantes simultâneos em vários estados, as reivindicações dos revoltosos paulistas tinham um caráter muito amplo. Os tenentes entendiam que o uso da luta armada seria o único caminho possível para a tomada do poder político, por isso, a ação dos tenentes foi rápida e violenta. A escolha pela cidade de São Paulo foi pelo fato da capital paulista contar com poucas tropas do exército. O plano dos militares era dominar e ocupar a cidade em poucas horas. Suas articulações também previam levantes em quartéis do interior do estado. (PRESTES, 1999).

Apesar de conseguirem controlar a capital os tenentes foram duramente atacados pelas forças leais ao presidente da república. Após varias semanas de combates os tenentes, que esperavam apoio de outras tropas que deveriam ter se rebelado pelo país, receberam um ultimato das tropas do governo para se retirarem de São Paulo ou então a cidade seria bombardeada.

Reunidos em seu estado maior os tenentes concluíram que era o momento de recuar. Após a retirada dos militares participantes do levante a tropa

Tenentista se dividiu e seguiu para o sul do país onde voltou a se concentrar e, conjuntamente com tenentes rebeldes do Rio Grande do Sul, deu origem a grande marcha que ficou conhecida como coluna Miguel Costa- Prestes.

Uma das chaves para se compreender todo o longo processo de construção do Estado brasileiro é conhecer as particularidades do jogo político da “Primeira República”, particularmente, um dos traços marcantes do período: *o estadualismo*.

O movimento dos 18 do Forte, em 1922, criou a legenda e o mito em torno do movimento dos jovens oficiais. Por outro lado, o levante de 1924 foi a primeira grande mobilização militar do movimento Tenentista. É importante observar que a partir desse levante o movimento passou a ser um dos focos principais de oposição e crítica do ambiente político da “Primeira República”.

Os levantes Tenentistas da década de 1920 tiveram como consequência a “Revolução de 1930”, que tinha exatamente como grande bandeira acabar com os vícios eleitorais e implantar um poder centralizador no país. Dessa forma, coube a administração Vargas, que efetivamente contou com a colaboração de antigos líderes Tenentistas, a tarefa de lançar os pilares do Estado Nacional.

O Tenentismo foi um catalisador do descontentamento de importantes setores da sociedade brasileira durante a década de 1920. Apesar existirem poucas referências sobre o tema, as

obras e autores que escreveram sobre o tema tem como marca a divergência de interpretação sobre o caráter do movimento Tenentista. O presente trabalho buscou repercutir e recolocar em debate questões relativas aos desdobramentos dos dois primeiros levantes Tenentistas.

Referências:

- CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder desestabilizador*. IN: **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca da Identidade. O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, Forense, 1976.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez. **A Rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo; Hucitec, 1976.
- DRUMMOND, Jose Augusto. **O Movimento Tenentista: a intervenção militar e conflito hierárquico(1922-1935)**. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. *Historiografia e História*. 10ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- _____. *A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930*. IN: PINHEIRO, Paulo Sérgio (ORG). **O Brasil Republicano**. Volume 2: sociedade e instituições (1889 – 1930). 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- PRESTES, Anita Leocádia. **O Tenentismo Pós-1930: Continuidade ou ruptura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- SANTA ROSA, Virgílio. **O sentido do Tenentismo**. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

* **PEDRO ERNESTO FAGUNDES** é Doutor em História Social (UFRJ). Professor do Departamento de História do Centro Universitário São Camilo – ES e da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim – ES.